

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.764
Preferenciais	0
Total	11.764
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	239.090	248.443
1.01	Ativo Circulante	85.702	103.538
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.047	182
1.01.02	Aplicações Financeiras	79.008	92.442
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	79.008	92.442
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	79.008	92.442
1.01.03	Contas a Receber	0	7.187
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	7.187
1.01.03.02.01	Remuneração dos Investimentos	0	7.108
1.01.03.02.03	Outras	0	79
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.647	3.727
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.647	3.727
1.01.06.01.01	Ativos fiscais diferidos a compensar	1.593	3.727
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	3.054	0
1.02	Ativo Não Circulante	153.388	144.905
1.02.02	Investimentos	153.345	144.897
1.02.02.01	Participações Societárias	153.345	144.897
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	104.981	89.067
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	48.364	55.830
1.02.03	Imobilizado	43	6
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	43	6
1.02.03.01.01	Móveis e Utensílios	43	6
1.02.04	Intangível	0	2
1.02.04.01	Intangíveis	0	2
1.02.04.01.02	Software	0	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	239.090	248.443
2.01	Passivo Circulante	24.428	34.350
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	367	367
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	367	367
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.498	1.615
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.498	1.615
2.01.03.01.02	Outros	1.498	1.615
2.01.05	Outras Obrigações	22.563	32.368
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.563	22.578
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.187	1.840
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	21.376	20.738
2.01.05.02	Outros	0	9.790
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	9.703
2.01.05.02.04	Outros	0	87
2.02	Passivo Não Circulante	8.066	10.411
2.02.03	Tributos Diferidos	8.066	10.411
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.066	10.411
2.03	Patrimônio Líquido	206.596	203.682
2.03.01	Capital Social Realizado	118.054	118.054
2.03.04	Reservas de Lucros	60.434	69.685
2.03.04.01	Reserva Legal	7.138	7.138
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.790	14.790
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	38.506	38.506
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	9.251
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	16.602	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.506	15.943

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.789	14.674	2.095	31.542
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.291	-4.188	-1.447	19.307
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	243	2.966	77	543
3.04.04.01	Dividendos	0	2.457	0	375
3.04.04.02	Outros	243	437	77	168
3.04.04.03	Juros sobre Capital Próprio	0	72	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.837	15.896	3.465	11.692
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.789	14.674	2.095	31.542
3.06	Resultado Financeiro	345	683	310	2.195
3.06.01	Receitas Financeiras	548	1.370	410	2.739
3.06.02	Despesas Financeiras	-203	-687	-100	-544
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.134	15.357	2.405	33.737
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	176	1.245	122	0
3.08.01	Corrente	176	1.245	122	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.310	16.602	2.527	33.737
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.310	16.602	2.527	33.737
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,19634	1,41114	0,21483	2,86786

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	2.310	16.602	2.527	33.737
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-579	-746	-1.129	-10.402
4.02.01	Ganhos na Avaliação Ativos Valor Justo	-884	-1.304	-1.615	-15.981
4.02.02	IR/CS diferido s/ Avaliação Valor Jusrto	300	443	549	5.433
4.02.03	Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	5	115	-63	146
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.731	15.856	1.398	23.335

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.254	165
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-537	-1.280
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo do Período	15.357	33.737
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2	2
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-15.896	-11.692
6.01.01.05	Reversão de provisão risco de crédito	0	-23.327
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.678	-399
6.01.02.01	Remuneração dso Investimentos	7.108	1.408
6.01.02.02	Ativos Fiscais a Compensar	-920	-699
6.01.02.03	Créditos Diversos	79	0
6.01.02.05	Títulos de Valores Mobiliários	13.434	-3.337
6.01.02.06	Tributos e Contribuições Sociais	-1.218	-177
6.01.02.07	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	-102	2.406
6.01.02.08	Remuneração aos acionistas	-9.703	0
6.01.03	Outros	10.113	1.844
6.01.03.01	Dividendos Recebidos	10.113	1.844
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.447	0
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado/intangível	-36	0
6.02.03	Alienação de Investimentos	18.644	0
6.02.04	Aquisição de Investimentos	-22.055	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.942	0
6.03.01	Pagamentos de dividendos	-12.942	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.865	165
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182	23
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.047	188

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	118.055	0	69.685	0	15.942	203.682
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	118.055	0	69.685	0	15.942	203.682
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-9.251	-3.691	0	-12.942
5.04.06	Dividendos	0	0	-9.251	0	0	-9.251
5.04.08	Dividendos Intermediários	0	0	0	-3.691	0	-3.691
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.293	-4.437	15.856
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.602	0	16.602
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.691	-4.437	-746
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	3.691	-4.552	-861
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	115	115
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	118.055	0	60.434	16.602	11.505	206.596

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	118.055	0	35.173	0	23.181	176.409
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	118.055	0	35.173	0	23.181	176.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.737	-10.402	23.335
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.737	0	33.737
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.402	-10.402
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-10.548	-10.548
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	146	146
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	118.055	0	35.173	33.737	12.779	199.744

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.204	21.910
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.204	-1.417
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	23.327
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.204	21.910
7.04	Retenções	-2	-2
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.206	21.908
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.234	14.974
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.896	11.692
7.06.02	Receitas Financeiras	1.370	2.739
7.06.03	Outros	2.968	543
7.06.03.01	Dividendos	2.529	375
7.06.03.02	Outras receitas	439	168
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	19.028	36.882
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	19.028	36.882
7.08.01	Pessoal	1.745	1.699
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.745	1.699
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-970	721
7.08.02.01	Federais	-970	721
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.651	725
7.08.03.01	Juros	1.350	544
7.08.03.02	Aluguéis	301	181
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.602	33.737
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.602	33.737

Comentário do DesempenhoMINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO***(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)*

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no terceiro trimestre de 2021, lucro líquido no valor de R\$ 2.310, resultado inferior em 8,5% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro líquido de R\$ 2.527. No acumulado do período de 2021, o lucro apurado montou em R\$ 16.602, sendo 50,79% inferior ao apresentado no mesmo período de 2020 quando a empresa acumulou um lucro no montante de R\$ 33.737, em razão da reversão de provisões referentes ao negócio Eletronet, no montante de R\$ 23.327 mil no primeiro trimestre de 2020, em função da prorrogação dos contratos ECE 1165/99 e ECE 1166/99, o que excluiu a solidariedade da Eletropar no que se refere à dívida da Eletronet. Excluindo-se as reversões e provisões detalhadas na Nota Explicativa nº 8, o resultado acumulado em 30.09.2021 seria de 59,48% superior ao mesmo período de 2020.

As Receitas Totais no período findo em 30 de setembro de 2021, atingiram o montante de R\$ 20.232, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, e foram 35,11% superiores àquelas auferidas no mesmo período de 2020 estas no montante de R\$ 14.974.

No acumulado do período de 2021, o rendimento decorrente das participações societárias incluiu resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e dividendos de outras investidas.

O Resultado Financeiro no terceiro trimestre de 2021, no montante de R\$ 345 reflete os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Tal resultado foi superior em 11,29% ao apurado no mesmo período do ano anterior, quando foi de R\$ 310. Quanto ao período acumulado, o resultado financeiro de R\$ 683 foi 68,88% inferior ao período do ano anterior, que apresentou resultado de R\$ 2.195. Esta redução se justifica em virtude da queda da taxa de rentabilidade dos Fundos no 1º semestre de 2021 e pagamento de dividendos do exercício de 2020. Em relação às Despesas Operacionais, que alcançaram o montante de R\$ 1.291, no terceiro trimestre de 2021, observa-se uma redução de 10,78%, em relação ao mesmo período de 2020, quando seu valor foi de R\$ 1.447.

Em relação ao período acumulado, houve reversão de provisões referente ao negócio Eletronet, no montante de R\$ 23.327 mil no primeiro trimestre de 2020, em função da prorrogação dos contratos ECE 1165/99 e ECE 1166/99, o que excluiu a solidariedade da Eletropar no que se refere à dívida da Eletronet. Estas reversões e provisões estão detalhadas na Nota Explicativa nº 8.

As despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 4.188, no acumulado de 2021. Observa-se um aumento de 4,18%, em relação ao mesmo período de 2020, quando seu valor foi de R\$ 4.020, excluindo os montantes referentes à constituição e reversão de provisões.

Comentário do DesempenhoMINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**Coronavírus (“COVID-19”)**

A pandemia do novo coronavírus passou a influenciar todos os cenários no decorrer de 2020, e se mantém em 2021, causando impactos ao ambiente de negócios, aos processos e às operações das empresas Eletrobrás.

Desde a chegada da pandemia ao Brasil, a reação das empresas Eletrobras foi rápida, graças a um preparo tecnológico prévio. De imediato, foram organizados comitês de crise com a participação dos presidentes das empresas coligadas. Isso permitiu agilizar processos de integração importantes, desenvolver protocolos comuns de operação, estratégias para proteção dos funcionários e ainda aprovar ações de responsabilidade social.

Todos os colaboradores da Eletropar foram alocados para o teletrabalho e estão sendo vacinados, conforme cronograma do Ministério da Saúde.

A Eletropar também integrou os esforços comandados pela holding para enfrentar os desafios impostos pela crise sanitária. Participamos da elaboração conjunta e assimilamos protocolos específicos desenvolvidos pelas empresas Eletrobras, visando manter a segurança de funcionários, diretores e conselheiros, assegurando a continuidade das operações. Ao mesmo tempo, seguimos as recomendações do Ministério da Saúde e do governo do Rio de Janeiro.

Na condição de empresa de capital aberto, a Eletropar seguiu ainda as orientações da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), por meio do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, para que companhias e auditores independentes avaliassem criteriosamente eventuais impactos da pandemia nos negócios, mapeando os possíveis riscos. Apesar das incertezas com a pandemia, não identificamos riscos à continuidade de nossas atividades, nem às estimativas contábeis. Tampouco foram registrados impactos diretos significativos da crise provocada pela disseminação da Covid-19 em nossas operações.

Algumas ações sofreram impactos desde a chegada da Covid-19 ao país, registrando quedas acentuadas no valor dos papéis negociados na B3.

Entre os efeitos negativos com reflexos nos negócios das empresas distribuidoras de elétricas destacam-se a significativa elevação dos níveis de inadimplência, resultado do aumento recorde do desemprego e da queda de renda da população, em meio às incertezas provocadas pela pandemia.

Considerando que a principal receita da Eletropar é o recebimento de renda de aplicação financeira, dividendos, juros sobre o capital próprio (JCP) e por equivalência patrimonial de empresas do setor de energia, nessa conjuntura, existe a possibilidade de impactos negativos na receita operacional. No entanto, tais impactos não afetaram a continuidade operacional da companhia, tendo em vista sua baixa alavancagem financeira e uma situação adequada de liquidez.

A Administração da Eletropar não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios e tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

Notas ExplicativasMINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.****ELETROPAR****(COMPANHIA ABERTA)**
CNPJ 01.104.937/0001-70**NOTAS EXPLICATIVAS DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO PERÍODO
FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)***NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da EDP - Energias do Brasil S.A., da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e da TAESA S.A, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, e também, da Eletronet S.A. – Eletronet, sendo que esta sociedade oferece serviços de transporte de dados e trânsito IP de alta velocidade em longa distância para operadoras de telecomunicações e provedores de serviços de valor agregado.

Foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 02 de abril de 2021, o Decreto Nº 10.304, de 1º de abril de 2021, que exclui do Programa Nacional de Desestatização - PND a Eletrobras Participações S.A. - Eletropar. Pela Lei 14.182 de 12 de julho de 2021, a desestatização da Eletrobrás S.A ocorrerá nos termos do disposto na Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e estará condicionada à outorga de nova concessão de geração de energia elétrica para o Contrato de Concessão nº 007/2004-Aneel-Eletronorte, firmado pela União e as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., pelo prazo de trinta anos, contado da data de assinatura do novo contrato, observadas as regras e as condições estabelecidas nesta Medida Provisória.

A Administração da Companhia aprovou as informações trimestrais em 16 de novembro de 2021.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Notas ExplicativasMINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 19 de março de 2021.

2.1. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

2.1.1 Informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 Interim Financial Reporting, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à elaboração de Informações financeiras intermediárias - ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**3.1. Fatores de Risco Financeiro****I – Risco de volatilidade no preço das ações**

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras em renda fixa da Companhia são representadas pelo investimento em Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

Notas Explicativas

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

**III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras no Fundo Extramercado mantidas no Banco do Brasil e na CEF são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

- a) Risco de Taxa de Juros - A rentabilidade do Fundo pode ser impactada em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo FUNDO, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.
- b) Risco de Descasamento - A performance do Fundo pode não refletir integralmente a performance do benchmark, visto que a implementação do objetivo de investimento do Fundo está sujeita a uma série de limitações. Ademais, o risco de não aderência ao benchmark pode ser incrementado em função da maior flexibilização na gestão da Carteira do FUNDO.
- c) Risco de vinculação a um benchmark - O benchmark do FUNDO pode ter resultados negativos, implicando em perdas para o FUNDO.
- d) Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS) - os preços dos ativos podem variar em virtude dos spreads praticados nos ativos indexados ao CDI ou à TMS (Taxa Média Selic).
- e) Risco de Liquidez - Consiste no risco de o FUNDO, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem na falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado. Além disso, para todos os Fundos que tenham despesas, o risco de liquidez compreende também a dificuldade em honrar seus compromissos. A falta de liquidez pode provocar a venda de ativos com descontos superiores àqueles observados em mercados líquidos.
- f) Risco de Conjuntura - Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países.
- g) Risco Sistêmico - Possibilidade de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do SFN.
- h) Risco Regulatório - a eventual interferência de órgãos reguladores no mercado como o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, podem impactar os preços dos ativos ou os resultados das posições assumidas.

Análise de sensibilidade

	Cenário base	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
	0,67%	1,56%	1,80%	1,33%
Rendimento das Aplicações Financeiras	1.370	1.339	1.540	1.139

* Taxa para o período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2021.

Notas ExplicativasMINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

Para análise de sensibilidade, foi considerado como cenário provável a média da taxa Selic atual de 6,25% e a projeção das Empresas Eletrobrás de taxa 6,25% a.a., sendo considerado como cenário remoto e provável a variação de 15% para cima e para baixo, respectivamente.

IV – Risco de crédito das operações com a Eletronet

A Eletronet tem pago, dentro do prazo de vencimento, desde fevereiro de 2019, a remuneração referente ao direito de uso das fibras ópticas. Porém, considerando a situação financeira atual da Eletronet, bem como o parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional no relatório dos seus auditores independentes, a Eletropar reconheceu nas suas demonstrações financeiras intermediárias de 2021 provisão quanto à totalidade dos créditos vencidos e a vencer registrados contra a Eletronet.

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, através dos seus representantes no Conselho de Administração é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. A Eletropar possui um Comitê de Investimentos com o objetivo de sugerir e operacionalizar a alocação dos seus investimentos, mantendo a administração informada. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar os seus acionistas.

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo por meio de resultado em 30 de setembro de 2021.

30/09/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJM ORA			
Investimentos	48.364	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado – VJM R:			
Títulos e valores mobiliários		79.008	-
	48.364	79.008	-

31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJM ORA			
Investimentos	55.830	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado – VJM R:			
Títulos e valores mobiliários		92.442	-
	55.830	92.442	-

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

30/09/2021				
	Custo amortizado – CA	Valor Justo por Meio de Resultado – VJM R	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJM ORA	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:				
Investimentos	-	-	48.364	48.364
Aplicações financeiras	-	79.008	-	79.008
	-	79.008	48.364	127.372

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



	31/12/2020			
	Custo amortizado – CA	Valor Justo por Meio de Resultado – VJM R	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJM ORA	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:				
Investimentos	-	-	55.830	55.830
Aplicações financeiras	-	92.442	-	92.442
Remuneração dos Investimentos	7.108	-	-	7.108
Outros Créditos	79	-	-	79
	7.187	92.442	55.830	155.459

	30/09/2021	
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos conforme Balanço Patrimonial:		
Contas a pagar com Partes Relacionadas	22.525	22.525
Contas a pagar - Outros	38	38
	22.563	22.563

	31/12/2020	
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos conforme Balanço Patrimonial:		
Contas a pagar com Partes Relacionadas	22.579	22.579
Contas a pagar - Outros	86	86
	22.665	22.665

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia. Para efeito deste relatório, não foram considerados como caixa e equivalentes de caixa nenhuma aplicação de liquidez imediata.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	2.047	182
	2.047	182

NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS – TVM

As aplicações financeiras encontram-se em Fundos de investimento financeiro – extramercado FAE, FAE2 e Extra VI IRFM 1, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC. Os rendimentos financeiros brutos até setembro de 2021 são de R\$ 1.371 mil.

Os Fundos são administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal e são lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo.

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 30/09/2021
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	52.585
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	26.423
			79.008

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 31/12/2020
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	67.890
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	24.552
			92.442

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A remuneração dos investimentos consiste nos valores de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pelas investidas e ainda não recebidos pela companhia.

	30/09/2021	31/12/2020
EDP – Energias do Brasil	-	436
CTEEP	-	3.204
EMAE	-	3.467
	-	7.108

Notas ExplicativasMINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

No período de janeiro a setembro de 2021, as empresas investidas distribuíram todos os dividendos e juros de capital próprio declarados, referentes ao saldo do exercício de 2020.

NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas pertencente a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil ("CGT Eletrosul"), atual denominação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte", que, quando citadas em conjunto, são denominadas simplesmente de "Cedentes"), companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") por meio de Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Eletropar e as Cedentes ("Contrato de Cessão de Direito de Uso") e de Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas celebrado entre Eletronet e Eletropar (sob a antiga denominação de Light Participações S.A.) em 22 de agosto de 1999, tendo como prazo de vigência 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração ("Contrato de Constituição do Direito de Acesso").

A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios, inviabilizaram sua continuidade por volta de 2003, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de autofalência pela Eletronet. Manteve-se a Eletronet em situação falimentar, sob gestão de interventor nomeado judicialmente, até o dia 18 de dezembro de 2015.

Foi realizada em 15 de dezembro de 2015 a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., quando os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet.

Além do acordo de credores, a Eletropar, LT Bandeirante Empreendimentos Ltda e a Eletrobras assinaram o "Memorando de Entendimentos", datado de 27 de novembro de 2015, onde foram definidas as condições para o encerramento da Falência da Eletronet e as obrigações das partes, bem como as condições para celebração de aditivos aos contratos.

No dia 20 de fevereiro de 2020, a Eletropar celebrou com a Eletronet os seguintes instrumentos contratuais: Contrato de Confissão de Dívida e 1º termo aditivo ao Contrato de Confissão de Dívida, 4º e 5º termos aditivos ao Contrato ECE-1165/99.

Em paralelo, a Eletropar celebrou na mesma data, com as empresas Chesf, CGT Eletrosul, Eletronorte e Furnas (Cedentes), os instrumentos contratuais: Contrato de Confissão de Dívida e 1º termo aditivo ao Contrato de Confissão de Dívida, e 9º termo aditivo ao Contrato ECE-1166/99.

O Contrato de Confissão de Dívida definiu a questão sobre os valores referentes a cessão do direito de uso de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas disponibilizadas e/ou não ativadas, para o período de janeiro de 2016 a janeiro de 2020, que serão cobrados da Eletronet e repassados às Cedentes.

Notas ExplicativasMINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

Deste modo, condicionado à prorrogação dos contratos de cessão e compartilhamento, a Eletronet confessa e reconhece, ser devedora da Eletropar, e por sua vez a Eletropar confessa e reconhece ser devedora das Cedentes, no montante de R\$ 130.000 mil, em valores históricos relativos à data-base de 31/01/2019, cuja exigibilidade fica suspensa e condicionada à satisfação de uma das condições abaixo:

- 1) A LT Bandeirante comprometeu-se a empregar os seus melhores esforços para, até 20.05.2020: (i) ofertar, prospectar, apresentar, negociar e realizar todas as atividades que se façam necessárias para que um novo terceiro investidor, seja selecionado, com o propósito de adquirir, direta ou indiretamente, as ações representativas do controle da Eletronet e, cumulativamente; (ii) que o novo Terceiro Investidor subscreva (direta ou indiretamente) ações de emissão da Eletronet em aumento de capital e integralize o competente preço no valor do Crédito Eletropar, nos termos deste Instrumento ("Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor");
- 2) Não tendo ocorrido a compra de controle da Eletronet pelo Terceiro Investidor e concomitantemente a subscrição do Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor até o dia 20.05.2020, a Eletropar iria, até 22.05.2020, subscrever ações de emissão da Eletronet, integralizando o competente preço com o Crédito Eletropar ("Aumento de Capital pela Eletropar").
- 3) Na impossibilidade de realização do Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor e do Aumento de Capital pela Eletropar, até 22.05.2020, Eletropar e LT Bandeirante acordaram realizar, até 21.05.2021, a venda conjunta da totalidade das ações de emissão da Eletronet (tanto as de titularidade da Eletropar quanto as de titularidade da LT Bandeirante), a ser conduzida pela Eletropar.

Outrossim, a Eletrobras e as empresas CEDENTES solicitaram, em 20/02/2020, à ANEEL, por meio da CTA-PR-0581/2020, a anuência do Termo Aditivo nº 09 ao Contrato ECE-1166/99, ainda em análise pelo órgão regulador.

No dia 13 de abril de 2020, a LT Bandeirante, solicitou por meio de carta, prorrogação dos referidos prazos estabelecidos no Contrato de Confissão de Dívida, em virtude do cenário atual provocado pela pandemia do COVID-19, que afetou o ambiente de negócio de todo o mundo, o que tornou inviável a realização das operações societárias no prazo estipulado no contrato.

Diante disso, a Eletropar encaminhou a solicitação da LT Bandeirante para o Comitê Diretor das Cedentes, que em reunião realizada em 12/05/2020, aprovou para 22/11/2021 o prazo do item (iii). Estão em andamento tratativas entre as Partes para extensão deste prazo.

Em 31/12/2020 foi assinado instrumento de confissão da dívida que prevê atualização monetária com base na variação da taxa SELIC para pagamento até nov/21 ou por ocasião da alienação parcial ou integral das ações detidas por LT Bandeirante no capital social da Companhia, o que ocorrer primeiro.

Já os termos aditivos 4º e 5º do contrato ECE 1165/99 e o termo aditivo 9º do contrato ECE 1166/99, definiram o valor bruto de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) por quilômetro de par de fibra ativada e de fibra óptica disponibilizada para ativação em favor da Eletronet e renovou os contratos por mais 20 anos, a partir de 20 de agosto de 2019.

Notas Explicativas

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



A remuneração da Eletropar, pelo exclusivo gerenciamento dos interesses das Cedentes, neste CONTRATO, constituir-se-á do valor resultante da aplicação do percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor líquido mensal recebido, pela Eletropar, da Eletronet.

Todos os demais valores recebidos pela Eletropar, seja a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras formas de rendimento provenientes de sua participação acionária na Eletronet, serão repassados às Cedentes.

Com a renovação desses contratos, além dos créditos assumidos no contrato de confissão de dívida, a Eletronet também reconhece:

- 1) A obrigação de pagar à Eletropar, conforme definido no Memorando de Entendimentos, celebrado entre a Eletropar, LT Bandeirante e Eletrobras, o valor de R\$ 15.000 mil, referentes aos 3 (três) últimos anos de direito de uso das fibras óticas e respectiva infraestrutura (2013 a 2015);
- 2) A obrigação de pagar aos Credores Quirografários que houverem optado pela novação com constituição de garantia, em valor superior a R\$ 100 mil, o valor equivalente a R\$ 6.560 mil por cada período de 1 (um) ano adicional que o Contrato de Cessão de Uso tiver sido prorrogado ou que a Eletronet tiver autorização para continuar a explorar os ativos e bens cedidos por meio de tal contrato, limitados ao valor de R\$ 131.204 mil. A Eletropar tem direito ao percentual de 10,63% sobre o valor corrigido, que, até setembro de 2021, é de R\$ 23.721.

Os contratos celebrados são classificados como "contratos combinados", pois foram negociados com um único objetivo comercial e o valor a ser pago depende do pagamento do outro.

Com a renovação dos contratos foi excluída a solidariedade da Eletropar com relação aos créditos da Eletronet. Deste modo, a obrigação da Eletropar deve ser reconhecida à medida que os valores forem efetivamente pagos pela Eletronet, equalizando assim, a posição entre o ativo e passivo envolvidos na operação.

Segue abertura dos créditos Eletronet:

	Créditos Reconhecidos	Valores Recebidos	Saldo a Receber (30/09/21)
Contrato Confissão de Dívida - CCD	144.337	-	144.337
MOU (2013 a 2015)	15.000	-	15.000
Crédito renovação contrato	23.720	-	23.720
Crédito ROW – até 19/02/20	19.238	(19.238)	-
Crédito ROW – a partir de 20/02/20	27.108	(25.720)	1.388
Saldo patrimonial da operação	229.403	(44.958)	184.445(*)

(*) Valor integralmente provisionado em PCLD.

Notas Explicativas

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Segue abertura do passivo com as Cedentes, considerando os valores recebidos pela Eletronet:

	Valores CAIXA	Repasse Cedentes	Saldo a Pagar (30/09/21)
Crédito ROW – até 19/02/20	19.238	-	19.238
Crédito ROW – a partir de 20/02/20	25.720	(25.720)	-
Remuneração Fundo Invest. CEF	1.812	-	1.812
Saldo patrimonial da operação	46.770	(25.720)	21.050(*)

(*) A Eletropar continua aguardando a anuência da ANEEL e a cobrança das cedentes, para que os valores sejam liquidados.

Segue a composição líquida do contas a receber Eletronet x contas a Pagar Cedentes:

	30/09/2021	31/12/2020
Contas a Receber - Eletronet	184.445	177.219
Contas a Pagar - Cedentes	(205.495)	(197.957)
Saldo patrimonial da operação	(21.050)	(20.738)

O valor de R\$ 21.050 refere-se aos valores já recebidos da Eletronet e depositados na Caixa Econômica Federal. No contrato celebrado com as Cedentes, a Eletropar assumiu o compromisso de repassar às Cedentes os valores corrigidos, já recebidos pela Eletronet e aplicados no Fundo Extramercado da Caixa Econômica. Estes valores recebidos referem-se a parte dos valores pagos do contrato de confissão de dívida, celebrado em fevereiro de 2018, e do direito de passagem (ROW) do período de fevereiro de 2019 a 19 de fevereiro de 2020.

Segue a composição líquida no resultado:

	30/09/2021	30/09/2020
Reversão/(constituição) PCLD - Eletronet	-	16.329
Rec. Despesa – Reversão complemento ROW (*)	-	6.998
Saldo resultado da operação	-	23.327

(*) Complementos no contas a pagar, com constituição de perda, referente as diferenças apuradas entre o quantitativo informado pela Eletronet e o confirmado pelas Cedentes. Os valores foram reconhecidos em perdas, nos exercícios de 2017 (R\$ 5.498 mil) e 2018 (R\$ 1.500 mil).

I – Detalhamento do contas a pagar Cedentes, por empresa

Conforme estabelecido nos contratos, a forma de satisfação do Crédito Cedentes, dependerá de como será satisfeito o Crédito Eletropar (Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor, Aumento de Capital pela Eletropar ou Venda Conjunta). Como

Notas Explicativas

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



não há mais responsabilidade de solidariedade sobre os valores a pagar da Eletronet, os valores reconhecidos são os efetivamente recebidos pela Eletronet. Deste modo, a integralidade dos valores reconhecidos no passivo não circulante foi revertida.

Deste modo, segue abaixo, a composição das obrigações da Eletropar para com as Cedentes:

	Abertura Saldos a Pagar Cedentes, Partes Relacionadas	
	30/09/2021	31/12/2020
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.516	6.417
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	5.755	5.669
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	2.543	2.501
CGT Eletrosul	6.236	6.151
TOTAL	21.050	20.738
Passivo Circulante	21.050	20.738
Passivo Não Circulante	-	-

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS A COMPENSAR

	30/09/2021	31/12/2020
IRRF sobre aplicações financeiras/JCP	196	3.589
IRPJ – exercícios anteriores	2.348	56
CSLL – exercícios anteriores	226	7
IRPJ – antecipação	1.331	-
CSLL antecipação	480	51
Retenção na Fonte (Lei 10833)	42	-
COFINS/PIS	24	24
	4.647	3.727

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 30 de setembro de 2021 está distribuída da seguinte forma:

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

**I – Empresas avaliadas pelo valor justo**

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	30/09/2021	31/12/2020			
Energias do Brasil ¹	34.745	37.186	ON	1.892.432	0,31
Taes ²	13.619	-	UNIT	380.000	0,04
Light ³	-	18.644	ON	-	-
	48.364	55.830			

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9, esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Venda das ações da Light S.A

No dia 10 de dezembro de 2020, conforme ATA n 43 do CA, os conselheiros tomaram ciência da proposta do Plano de Balanceamento da Carteira de Ações da Eletropar, elaborado pelo Comitê de Investimentos da companhia, tendo os Conselheiros delegado poderes ao Comitê de Investimentos para definir quais ações serão compradas e vendidas, mantendo o Conselho informado. O referido plano apresentou indicativo de venda das ações da LIGHT S.A. (LIGT3).

O Comitê de Investimento, com base no exposto na Proposta para o rebalanceamento da carteira de ações da Eletropar, sugeriu que fosse adotada a alienação da totalidade das ações de titularidade da Eletropar, aproveitando a alta momentânea do mercado, no volume total de 767.234 ações ON da Light ao preço de mercado.

A Diretoria da Eletropar deliberou pela venda da totalidade das ações da LIGHT e a venda ocorreu no período de 08 a 20/01/2021, com o resultado líquido apurado de R\$ 3.691 mil, que foi reclassificado para lucros acumulados e feita uma distribuição antecipada de juros sobre capital próprio, no mês de julho de 2021.

Compra das ações da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A – TAESA

A ELETROPAR realizou no mês de fevereiro de 2021, a aquisição de 380 mil ações da TAESA, no valor de R\$ 12.113 mil, representando uma participação de 0,04% na empresa.

II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo

¹EDP Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil

²TAESA S.A – Taesa

³Light S.A. – Light

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRÁS, ter influência significativa nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	4.736.988	0,72
EMAE	PN	523.911	1,42
Eletronet	ON	149.999.001	49,00

No mês de fevereiro ocorreu a compra de 214.400 ações da CTEEP, com o valor médio de R\$ 25,10, resultando em aumento de participação na CTEEP para 0,69%. Na movimentação foi pago o ágio de R\$ 905 .

No mês de julho ocorreu a compra de 183.400 ações da CTEEP com o valor médio de R\$ 25,10, e aumento de participação na CTEEP para 0,72%. Na movimentação foi pago o ágio de R\$ 700.

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	78.866	10.201	89.067
Receita de Equivalência Patrimonial	14.202	1.694	15.896
Aquisição de ações	8.410	-	8.410
Ágio na aquisição de ações	1.605	-	1.605
JCP/Dividendos	(9.676)	(436)	(10.112)
Outros Result. Atrag. - ORA	115	-	115
Saldo em 30/09/2021	93.522	11.459	104.981

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	67.239	14.255	81.494
Receita de Equivalência Patrim.	20.859	2.820	23.679
JCP/Dividendos	(7.548)	(4.106)	(11.654)
Outros Result. Atrag. - ORA	(1.684)	(2.768)	(4.452)
Saldo em 31/12/2020	78.866	10.201	89.067

A Companhia efetuou ajustes no valor do seu investimento na CTEEP, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP.

www.eletrobraspar.com.br

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP

	CTEEP	Partic. 0,72%
Patrimônio Líquido 30/09/21	14.542.993	104.556
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(1.911.094)	(11.034)*
Saldo ajustado em 30/09/21	12.631.899	93.522

Este cálculo foi realizado com a participação de 0,69% no período até junho, e a partir de julho com a participação de 0,72%.

II.1 Investida Eletronet

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. Sendo a Eletropar acionista minoritária, representando as Cedentes, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003, foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

Após assumir a companhia, os administradores, empenhados em reverter a sua situação financeira e operacional, vêm adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A renovação dos contratos ECE-1165/99 e ECE-1166/99, ocorrida em 20 de fevereiro de 2020, é fundamental para a continuidade normal das operações da Eletronet, bem como, para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

No dia 27 de outubro de 2021, foram aprovadas pela administração da Eletronet as Demonstrações Contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) do período findo em 30 de setembro de 2021:

	Capital Social	Lucro (Prej.) acum.	Ajuste de Aval. Patrim.	Outros Res. Abrang.	Total
Saldo em 31/12/20	321.387	(520.289)	111.819	(114.442)	(201.525)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	6.688	(6.688)	-	-
Atualização monetária dos outros resultados abrangentes	-	-	-	(3.950)	(3.950)
IR e CSLL s/ ajuste de Aval. Patrim.	-	(2.274)	2.274	-	-
Prejuízo do 1º trimestre	-	(30.083)	-	-	(30.083)

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Saldos em 30/09/21	321.387	(545.958)	107.405	(118.392)	(235.558)
---------------------------	----------------	------------------	----------------	------------------	------------------

Foram realizados ajustes na Demonstração do Patrimônio Líquido da Investida para fins de adequação às políticas e práticas contábeis da Eletropar, conforme abaixo:

Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de redução do passivo a descoberto da investida em R\$ 110.348, sendo R\$ 135.360 relativos ao exercício de 2016, amortização em 2017 no montante de R\$ 5.885, em 2018 no montante de R\$ 5.885, em 2019 no montante de R\$ 5.886, em 2020 no montante de R\$ 5.885 e no primeiro trimestre de 2021, no montante de R\$ 1.471.

Adicionalmente, informamos que conforme a incerteza da continuidade operacional da investida, reportada em relatório de auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Eletronet, com parágrafo de ênfase, emitido em 22 de outubro de 2021, a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido (passivo a descoberto) e prejuízo antes dos impostos. Os planos da administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do plano de reestruturação presente no plano diretor, que inclui a renovação do contrato de concessão para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras, do acordo de acionistas e da adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária – PERT, em conformidade com a Lei nº 13.496/17.

Considerando os ajustes apresentados acima, a posição da Eletropar na investida está demonstrada abaixo:

Participação da Eletropar no PL Ajustado da Eletronet

	Eletronet	Partic. 49%
Patrimônio Líquido 30/09/21	(235.558)	(115.423)
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(116.229)	(56.952)
Saldo ajustado em 30/09/21	(351.787)	(172.375)

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do exercício da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



II.2 Ativo e Passivo Coligadas, de acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelas Companhias

30/09/21						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Emp. e financ.	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,72	108.949	26.244.388	6.256048	5.554.296	14.542.993
EMAE	1,42	88.667	1.483.235	-	764.892	807.010
Eletronet	49,00	697.588	45.866	-	979.012	(235.558)

31/12/2020						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	103.441	23.491.936	1.062.777	8.778.317	13.754.283
EMAE	1,42	86.413	1.558.010	-	925.910	718.513
Eletronet	49,00	745.385	42.466	-	880.652	(92.801)

II.3 Resultado Coligadas, de acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelas Companhias

30/09/2021						
Coligadas	Resultado Operacional Líquido	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	3.235.092	37.760	(449.041)	(668.091)	2.155.720	-
EMAE	49.506	108.933	(619)	(38.552)	119.268	(1.099)
Eletronet	111.178	1.816	(50.820)	(2.274)	30.083	(22.735)

30/09/2020						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	2.614.844	338.966	(477.720)	(625.483)	1.764.923	(13.825)
EMAE (*)	6.974	94.112	(640)	(30.949)	69.497	(1.405)
Eletronet	91.173	1.639	(32.683)	2.274	(20.405)	(33.610)

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

**III – Saldo total de investimentos em participações societárias**

	30/09/2021	31/12/2020
Avaliados ao valor justo	48.364	55.830
Avaliados por equivalência patrimonial	104.981	89.067
	153.345	144.897

NOTA 11 – CONTAS A PAGAR

	30/09/2021	31/12/2020
PARTES RELACIONADAS	22.237	22.579
ELETROBRÁS	1.187	1.841
Cedentes*	21.050	20.738
TERCEIROS	326	86
TOTAL	22.563	22.665
CIRCULANTE	22.563	22.665
NÃO CIRCULANTE	-	-

*Item descrito na nota explicativa de nº 8.

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social**

Os tributos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	01/01/21 a 30/09/21	01/01/20 a 30/09/20
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	15.357	33.737
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	5.221	11.471
Efeitos de adições e (exclusões):		

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Equivalência patrimonial e dividendos	(18.353)	(4.103)
Provisão/(reversão) Crédito Eletronet	-	(7.931)
Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	(851)	-
JCP recebidos	238	337
Outros	-	(18)
	(18.966)	(11.715)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	1.245	122
Total de tributos reconhecidos no resultado	(1.245)	(122)
Parcela de tributos reconhecida em ORA	443	-
Tributos devidos no período	(802)	(122)
Alíquota efetiva	-5,22%	-0,36%

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o período é a seguinte:

Saldo em 31/12/2020	10.411
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(2.345)
Saldo em 30/09/2021	8.066
Saldo em 31/12/2019	11.847
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(1.436)
Saldo em 31/12/2020	10.411

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**I – Capital Social**

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



A composição acionária em 30 de setembro de 2021 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRÁS	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.552	1.915.985	16,29
	28.553	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 30 de setembro de 2021, é de R\$ 17,35 por ação (R\$ 17,31 por ação, em 31 de dezembro de 2020).

Em julho de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração e efetuado o pagamento de R\$ 3.691 mil do JCP referente ao exercício de 2021.

NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

01/01/21 a 30/09/2021

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	16.602
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.765
% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>1,41114</u>

01/01/20 a 30/09/20

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	33.737
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.764
% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>2,86786</u>

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

**NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobrás são apresentados a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
PASSIVO		
Contas a pagar		
- Eletrobrás ⁴	1.187	1.841
	1.187	1.841
	30/09/2021	30/09/2020
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	715	1.214
Aluguel	301	180
Auditoria Externa	17	15
	1.033	1.309

II – Coligadas

CTEEP	30/09/2021	31/12/2020
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	-	7.548
Participação Societária	93.522	78.866
	93.522	86.414
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	9	(1.684)
	9	(1.684)

⁴Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infraestrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldo decorrente de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

www.eletobraspar.com.br

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



	30/09/2021	30/09/2020
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	14.203	10.704
	14.203	10.704
EMAE	30/09/2021	30/12/2020
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	-	4.106
Participação Societária	11.459	10.201
	11.459	14.307
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	-	(2.768)
	-	(2.768)
	30/09/2021	30/09/2020
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	1.694	988
	1.694	988

III – Eletronet e empresas Cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas Cedentes é apresentado na nota explicativa nº 9.

IV – Remuneração da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	30/09/2021	30/09/2020
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	712	723
Encargos Sociais	169	187
Benefícios	16	57
	897	967

NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam

Notas ExplicativasMINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Entretanto, cumpre destacar que o histórico das relações processuais trabalhistas que envolvem ELETRONET e ELETROPAR como rés solidárias não registra evento em que a ELETROPAR tenha, ao fim, arcado com qualquer valor relativo a eventuais condenações. Portanto, a investida ELETRONET sempre assumiu a totalidade da responsabilidade pelo pagamento das condenações, tendo em vista que elas resultam de questões surgidas durante o vínculo empregatício mantido entre o trabalhador e a ELETRONET. A ELETROPAR apenas figura/figurou como Ré solidária nessas ações devido ao fato de deter 49% das ações da ELETRONET.

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia atualmente possui 1 processo com risco de desembolso futuro provável, qual seja o processo 0100806-97.2019.5.01.0010, no valor de R\$ 1.698. Nesse processo trata-se de condenação trabalhista solidária com sua investida, ELETRONET, que constituiu a provisão para esta perda provável, reforçando, conforme relatado acima, a intenção da ELETRONET de arcar, integralmente, com a responsabilidade pelo pagamento do valor resultante dessa condenação, que ainda aguarda posição final do Tribunal Superior do Trabalho.

Além desse, a Companhia figura em 1 processo trabalhista de expectativa de perda remota e 2 de expectativa de perda possível. Nos dois casos possíveis, pode vir a ser condenada como Ré solidária vez que a Ré primária é sua investida ELETRONET, aplicando-se também a esses casos o cenário em que a ELETRONET continuará a assumir integralmente a responsabilidade por eventual condenação. O valor dos processos das causas possíveis é no montante de R\$ R\$ 1.805.

NOTA 17 – Dividendos Adicionais

De acordo com a proposta formulada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de março de 2021, conforme ATA N 4, a Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2021, ratificou e fixou o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio na data de 3 de maio de 2021, referente ao exercício social de 2020, no montante de R\$ 9.251 mil (R\$ 0,786291580 p/ação), corrigidos pela taxa SELIC até a data do pagamento.

Adicionalmente, em julho de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração e efetuado o pagamento de R\$ 3.691 mil do JCP, referente ao exercício de 2021.

Notas ExplicativasMINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**NOTA 18 – Evento Subsequente****I – Recebimentos crédito Eletronet**

No mês de outubro de 2021, a Eletronet realizou o pagamento de R\$ 1.388 mil referente a apuração do direito de passagem do mês de setembro de 2021.

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
*Diretor Financeiro, de Gestão e de
Relações com Investidores*

Guilherme Hijino de Oliveira
Contador
CRC-RJ-090773/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas Eletrobras Participações S.A. - Eletropar

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Eletrobras Participações S.A. - Eletropar

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais**

Os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas no Formulário de Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório de Revisão dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às Informações Trimestrais, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

Portanto, os Diretores aprovam a emissão do Formulário de Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2021.

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório da Revisão Especial dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e tomaram conhecimento do Relatório da Revisão Especial dos auditores independentes.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2021.

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores